

## **Raça e classe: balanços teóricos**

Camila Pizzolotto Alves das Chagas<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca fazer a ligação entre os conceitos de raça e classe social, analisando de maneira breve uma bibliografia sobre o assunto, sob uma perspectiva gramsciana. O trabalho é fruto de reflexões feitas em minha dissertação de mestrado, que buscou compreender de que maneira a metodologia do Estado ampliado formulado por Sonia Mendonça a partir de Gramsci poderia esclarecer análises sobre os Aparelhos Privados de Hegemonia pertencentes à classe subordinada no Brasil. Especialmente em organizações do Movimento Negro, a perspectiva gramsciana se mostrou frutífera para entender de que maneira raça e classe social estão ligados e em disputa. Dessa forma, resgatar autores que analisaram os dois conceitos, de maneira entrelaçada, se mostra fundamental para entender organizações e entidades da sociedade civil no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Raça, Classe, Estado Ampliado, Marxismo.

## **Race and Class: Theoretical Balances**

**Abstract:** The present article seeks to link the concepts of race and social class, briefly analyzing a bibliography on the subject, from a gramscian perspective. The work is the result of reflections made in my master's dissertation, which sought to understand how the Expanded State methodology formulated by Sonia Mendonça from Gramsci could clarify analyzes on the Private Hegemonic Devices belonging to the subordinate class in Brazil. Especially in organizations of the Black Movement, the gramscian perspective has proved fruitful to understand how race and social class are linked and in dispute. Thus, retrieving authors who analyzed the two concepts, in an intertwined way, is fundamental to understanding organizations and entities of civil society in Brazil and the world.

**Keywords:** Race, Class, Expanded State, Marxism.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense

O presente artigo busca fazer a ligação entre os conceitos de raça e classe social, analisando de maneira breve uma bibliografia sobre o assunto, sob uma perspectiva gramsciana. O trabalho é fruto de reflexões feitas em minha dissertação de mestrado, que buscou compreender de que maneira o conceito de Estado ampliado formulado por Gramsci poderia esclarecer análises sobre os Aparelhos Privados de Hegemonia pertencentes à classe trabalhadora no Brasil. Especialmente em organizações do Movimento Negro, a perspectiva gramsciana se mostrou frutífera para entender de que maneira raça e classe social estão ligados e em disputa, muitas vezes tendo ecos no Estado restrito.

Para entender de que maneira podemos cruzar a perspectiva gramsciana com os conceitos de raça e classe social, é necessário delimitar de que metodologia partimos e o que é Estado Ampliado para o pensador italiano.

Diferentemente dos pensadores liberais, o Estado, em Gramsci, seria mais do que um conjunto de leis derivado de um contrato social, descontextualizado da história. A concepção marxista do Estado, diferentemente daquela liberal, traz um elemento decisivo para a análise: a noção de que o aparelho estatal também é histórico<sup>2</sup>. Para ele este Estado ampliado seria marcado pela relação profunda entre a sociedade política (Estado restrito) e a sociedade civil. A categoria de Estado ampliado nos permite ver uma estreita articulação entre as entidades que organizam as vontades (coletivas ou individuais) e a sociedade civil (FONTES e MENDONÇA IN: CARDOSO; VAINFAS, 2012).

Esta segunda categoria, segundo Gramsci, tem uma ligação fundamental com os intelectuais:

Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado

---

<sup>2</sup> Para saber mais: MENDONÇA, S. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Marx e o Marxismo: v2, n2, 2014.

e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2011, v.2: 21-22)

O espaço da sociedade civil, tal qual formulado por Gramsci, e seus aparelhos privados de hegemonia, são o campo de batalha da luta de classes propriamente dita. Segundo ele, seria na esfera da superestrutura que a disputa entre hegemonias se dá, através desses organismos privados. A sociedade política (Estado restrito) e a sociedade civil estão, dessa maneira, em constante diálogo e relação orgânica. Fica evidente que o Estado, pensado a partir desta perspectiva integral, compreende, além da força, disputas sobre o consenso do todo social que, a partir dos aparelhos privados, constroem discursos e práticas hegemônicas.

Dessa maneira, é imprescindível falar aqui da categoria de intelectual orgânico formulada pelo italiano. Segundo ele, os intelectuais orgânicos devem ter a capacidade de organizar a sociedade e a cultura, em todo seu complexo de organismos, até mesmo o organismo estatal criando, assim, condições favoráveis à expansão da própria classe. O intelectual aqui deve ser pensado sobretudo como organizador da cultura e peça fundamental na organização das vontades coletivas. Para Gramsci, todos os homens podem ser filósofos ou intelectuais, entretanto, só alguns deles cumprem essa função social. Segundo ele, intelectual orgânico é aquele que se insere ativamente em um grupo específico,

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que é usualmente entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para conformar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. (GRAMSCI, 2001:224)

O Estado ampliado em Gramsci, tenta dar conta da complexidade da análise, relacionando e interligando base e superestrutura. Segundo Mendonça,

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e,

sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas. (MENDONÇA, 2014: 34)

Compreendendo o conceito de sociedade civil desenvolvido pelo pensador italiano justamente esse conjunto de organizações, elas seriam responsáveis pela elaboração das ideologias e dos processos culturais. É neste campo que, para ele, se dá, a luta de classes. Segundo Virgínia Fontes e Sonia Mendonça, no terceiro capítulo do livro *Novos Domínios da História*, intitulado História e teoria política:

Em Gramsci, a própria construção das vontades torna-se objeto preferencial da análise, uma vez que o conceito de aparelhos privados de hegemonia, forma preponderante na sociedade civil, permite coligar o processo pelo qual se elaboram as consciências, atingindo a organização do poder do Estado (sociedade política). (FONTES e MENDONÇA IN: CARDOSO; VAINFAS, 2012: 63)

Dessa maneira, a cultura se mostra como um conceito amplo, integrando a visão de mundo de cada classe e da disputa entre e intra classes. Por isso, a multiplicação dos aparelhos privados de hegemonia dos grupos subalternos se mostra fundamental para construir uma oposição aos aparelhos e entidades de parcelas da classe dominante, criando uma contra-hegemonia. Segundo Virgínia Fontes, no livro *Brasil e o Capital Imperialismo*, ainda que organizações ligadas à movimentos culturais pareçam estar descolados da totalidade, é necessário lembrar que:

Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua

característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo.  
(FONTES, 2010: 134)

Para Gramsci, o termo sociedade civil abarcaria um conjunto de organismos (ou aparelhos) privados responsáveis pela articulação do consenso. Os sentidos do termo sociedade civil se encontram em eterno diálogo com a sociedade política, o Estado restrito. Para Álvaro Bianchi, sociedade civil diz respeito à materialidade das disputas por hegemonia:

A luta de hegemonias não é apenas luta entre “concepções de mundo”, como, por exemplo, aparece no *Quaderno 10*, ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as. A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida: igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado. Os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns a outro (BIANCHI: 2008. P. 179)

Usar a metodologia do Estado ampliado significa olhar para as organizações que constituem a sociedade civil e de que maneira elas se fazem representar no Estado restrito. Para compreendermos de maneira mais profunda como se constituem as organizações da sociedade civil, devemos partir de alguns questionamentos. As perguntas que norteiam a pesquisa e que explicitam o método serão feitas ao longo do texto são: quem são os dirigentes das organizações analisadas? Quem são os intelectuais que formam essas organizações? Quais são suas produções? Como divulgam? Quais são as suas redes? Como e onde se inserem no Estado restrito?

A metodologia do Estado Ampliado auxilia na compreensão e no entendimento tanto de entidades patronais quanto aquelas ligadas à classe subalterna. Dessa maneira, podemos pensar organizações da sociedade civil ligadas ao movimento negro e ao combate ao racismo, analisando-os como aparelhos privados de hegemonia.

Gramsci, em seu ensaio sobre “Maquiavel”, compara o papel do “Príncipe” ou “Condotiero” com o dos partidos. Esta categoria de partido político é a expressão das classes sociais: os “condottieri” são os articuladores da vontade política coletiva.

Os partidos são elementos que conseguem organizar as vontades coletivas e os que se saem melhor nesta tarefa são precisamente aqueles que têm, entre seus quadros, os intelectuais orgânicos de mais competência. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

Gramsci considera intelectuais todos os que contribuem para educar, para organizar, ou seja, para criar ou consolidar relações de hegemonia; por isso, para ele são intelectuais (ou desempenham uma função intelectual) todos os membros de um partido político, de um sindicato, de uma organização social (COUTINHO, 2011:29-30)

A partir do princípio de que todos são intelectuais em potencial, essa perspectiva abre um horizonte de organização orgânica para as classes subalternas. Compreendendo o conceito de sociedade civil desenvolvido pelo pensador italiano justamente esse conjunto de organizações, elas seriam responsáveis pela elaboração das ideologias e dos processos culturais. É neste campo que, para ele, se dá, em primeira instância, a luta de classes

Faz-se necessária uma breve discussão acerca do que entendemos como cultura, um conceito que está sempre ligado ao todo social. Para discutirmos raça e classe social é importante reter que a esfera cultural e a esfera econômica não são autônomas, mas sim interligadas. Segundo Virgínia Fontes, no livro *Brasil e o Capital Imperialismo*, ainda que organizações ligadas A movimentos culturais pareçam estar descolados da totalidade, é necessário lembrar que:

Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. (FONTES, 2010: 134)

Para Gramsci, todos os homens podem ser filósofos ou intelectuais, entretanto, só alguns deles cumprem essa função social: A relação entre os intelectuais e o mundo da

produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, porém “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, das quais os intelectuais são, precisamente, os “funcionários”. (GRAMSCI, 2011: 20). Num cenário de disputa por hegemonia, intelectuais têm papel fundamental na luta de classes já que organizam as vontades coletivas a partir dos aparelhos privados, responsabilizando-se pela criação e reafirmação de um consenso. A ação coletiva dos trabalhadores conta com estes organizadores da cultura.

Dessa maneira, é imprescindível pensar nas esferas da realidade interligadas entre si, sem uma separação estanque entre economia e cultura. Para Thompson, ainda que alguns marxistas tenham tentado refinar a dualidade base/superestrutura, ela seria dotada de um reducionismo inerente, definindo atividades e atributos humanos dispondo-os em uma dualidade. Segundo o autor, o conceito de economia empregado em tal tipo de análise seria limitado, posto não ser possível dispor a cultura, as normas, os rituais e os costumes, de um lado e o mundo da produção, de outro. Ainda há, aqui, uma prioridade atribuída ao econômico no sentido estrito, confundido com o conceito também limitado de modo de produção. Produção e cultura são conceitos indissociáveis já que podemos pensar no modo de produção como modo de produzir a vida cotidiana, sendo assim inseparável de normas e culturas determinadas. As relações de produção, segundo ele, se expressam na luta de classes e é exatamente por isso que não há como reduzir o mundo da produção ao sentido estrito de economia.

Para Thompson, “determinação” poderia ter duas significações. Num primeiro momento: a noção de causa externa que controla uma segunda atividade ou a perspectiva, a partir das relações e experiência práticas, de determinação como sendo a fixação de pressões ou limites. Para um certo marxismo, a superestrutura (lôcus da atividade cultural e ideológica) seria mero reflexo da base, da estrutura econômica. Williams propõe reconsiderar alguns aspectos sobre o termo superestrutura. Sua crítica vai no sentido de pensar a cultura como parte de uma totalidade:

O importante, no caso, não é apenas o elemento de redução; é a reprodução, de forma alterada, da separação entre “cultura” e vida social material, que tem sido a tendência dominante do pensamento cultural idealista. Assim, as possibilidades totais do conceito de cultura como um processo social constitutivo, que cria “modos de vida” específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por um

longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear (WILLIAMS: 1979, 25).

Devemos reavaliar também as categorias de base – de modo que se distancie de uma perspectiva econômica engessada e seja vista como um processo – e superestrutura, “em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-se de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente” (WILLIAMS: 1980 [2005], 47). Analisar períodos históricos a partir conceito de classe social é também observar de que maneira os seres humanos produziram e/ou forjaram seus modos de vida ao longo do tempo. A categoria de modo de produção, para além de sistemas econômicos, pode ser pensada a partir da cultura: de que maneira cada grupo social produz sua vida material? O conceito de classe desenvolvido por E. P. Thompson em seu texto *Folclore, Antropologia e História Social* se mostra importante para entendermos essa questão. Segundo ele, classe não é uma categoria estática, mas sim histórica e relacional no decorrer do tempo.

Para investigarmos de que forma os conceitos de raça e identidade estão intrinsecamente relacionados à classe social, é importante pensarmos nesta categoria para além de sua dimensão estritamente econômica. Segundo o autor, a dualidade base/superestrutura é inadequada e estaria dotada de um determinismo econômico. Para Thompson:

“Sem produção não há história”, insistiu R. S. Sharma oportunamente. Mas devemos dizer também: “sem cultura não há produção”. Dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir o tão importante conceito de modo de produção (no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomadas como um todo) com uma acepção estreita de “econômico” e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura fracionária de uma classe dominante com toda cultura e moralidade. (THOMPSON, 2001: 258-259)

Ainda segundo o autor inglês, essa analogia deve ser abandonada. Porque os conceitos de base e superestrutura são importantes para entender de que categoria de classe partimos, bem como para contribuir com a questão racial? Entendemos que a base econômica não determina uma superestrutura ideológica, uma não é consequência mecânica da outra.

Pretendemos partir de uma categoria de modo de produção como modos de produzir a vida em geral, aí incluídos costumes, ideologias, relações sociais como um todo. Dessa maneira, olhar para a classe é sobretudo entender que a categoria não se relaciona, somente, com aspectos econômicos, mas sim configuram uma relação social, uma formulação que inclui modos específicos de viver, festejar, preconceitos arraigados e modos de se relacionar com sua comunidade. Esse conceito de classe foi formulado por Thompson:

Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”, é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica (THOMPSON, 2001: 260)

Ainda para ele,

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de relações sociais”, com a cultura e a expectativa a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural (THOMPSON, 2001: 277)

O modo de produção seria, então, o modo como as sociedades produzem e vivem, com seus costumes. Portanto, o conceito de classe derivado deste modo de produção deve levar em conta as ideologias em contexto histórico específico. Se o modo de produção é o modo como produzimos a vida, no Brasil, o conceito de raça e, conseqüentemente, o de racismo, fazem parte do nosso modo de produzir/existir, pois os modos de produção conservam e atualizam opressões. Desse modo, o racismo estaria presente tanto na estrutura econômica, quanto nas redes ideológicas.

Se, por um lado, a tradição marxista relegou a um plano secundário a questão racial, muitas vezes mencionada como puro reflexo de relações econômicas, os chamados estudos de identidade se utilizam um conceito de classe puramente descritivo e descolado do todo social. Muitos críticos desse economicismo universalista e

essencialista acabam produzindo uma análise a-histórica. Se não podemos constatar “pressões” ou determinações em dado contexto, tal como mencionado por Williams sejam elas de cunho econômico ou cultural estaremos esquecendo o fundamento da crítica: a historicidade. Exatamente por isso é necessário lembrar da importância do conceito de classe: um conceito histórico, não estático. Kenan Malik, explicita de forma bastante pedagógica o perigo desta perspectiva a-histórica:

Mas a menos que possamos caracterizar a especificidade fundamental – a “essência”, se quiserem – da sociedade capitalista, suas “leis de movimento” ou lógica sistêmica não podemos distingui-lo de outro tipo de sociedade. De que maneira então, devemos analisar raça nas modernas sociedades capitalistas? Se tratamos a raça como sendo apenas uma “identidade” separada de quaisquer determinantes sociais, então ela se torna não uma relação social historicamente específica, mas um aspecto eterno da sociedade humana da mesma maneira que acontece nas teorias biológicas reacionárias de raça, nas quais diferenças raciais constituem uma necessidade natural e permanente” (MALIK IN: WOOD, 1999: 125)

É necessário não apequenar o conceito de raça ou tratá-lo somente como “identidade” descolando-o da totalidade do capitalismo, historicizando a categoria. Por isso, é fundamental entendermos em qual conjunção socioeconômica, quais relações sociais específicas, como diz Malik, se apresentam no Brasil quando analisamos os conceitos de raça e classe. Além dos conflitos de classe, havia a tensão entre brancos e negros, mesmo que pertencessem ao mesmo grupo social. O vigésimo número da revista *História & Luta de Classes*, intitulado Exploração e Opressões apresenta uma série de artigos que tentam conciliar as chamadas opressões com o conceito de classe. A apresentação da revista mostra que a proposta seria pensar as relações contraditórias e conflituosas, assim: Não se trata de uma adesão quase folclórica a cultura do “outro”, da “alteridade” ou “das identidades”, e menos ainda à ideia de um multiculturalismo apresentado de forma acrítica, tão caras à formação dos historiadores nos últimos anos, mas de entender quais os imperativos e impeditivos históricos que avançam e bloqueiam os nós dos interesses da classe trabalhadora nas diferenças que as formam. (CALIL [EDITORIAL], 2015: 6).

Por volta de 1950, os sociólogos brasileiros começaram a se debruçar mais diretamente sobre as questões de raça e classe social, emergindo, sobretudo, nas obras

de Otavio Ianni e de Florestan Fernandes. Não é por coincidência que os dois sociólogos abordam a questão. O problema racial no Brasil foi alvo da atenção de organismos como a UNESCO, que financiaram estudos sobre a temática para incentivar a exposição do problema. Os debates sobre a questão no Brasil sempre evocam o tema da inserção da população negra na ordem competitiva no pós-abolição. Os estudos de Ianni, Fernandes e Bastide representaram avanços na investigação sobre raça e classe.

Tanto Ianni como Fernandes explicitam o caráter ideológico do mito da “escravidão benévola” no Brasil. O termo “democracia racial” havia se transformado em mito e não Na constatação de uma ideologia dominante no país (GUIMARÃES, 2012). Florestan Fernandes, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, analisa a entrada da população negra na ordem competitiva na cidade de São Paulo. Segundo ele, as inovações trazidas pela República no sentido liberal, ou seja, no sentido jurídico-político, avançaram para se adaptar às necessidades dessa nova ordem social que se consolidava e à burguesia em desenvolvimento. O trabalho livre e assalariado, as trocas e as relações mercadológicas foram consequências dessa circunscrição. Ainda para o autor, “fora e acima disso, continuavam a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas” (FERNANDES, 2008: 61).

Antônio Sérgio Guimarães aponta como uma das contribuições de Florestan Fernandes a formação de uma identidade negra, reconstruindo historicamente sua trajetória no Brasil. No entanto, as teorias formuladas por Fernandes ao discutir a questão racial ainda tinham como norte a biologia e a psicologia visando explicar a diferença entre os grupos humanos. Mesmo que numa perspectiva sócio-histórica, Fernandes ainda teve como ferramentas para sua análise as mesmas utilizadas pela classe dominante da época, que ainda percebia como “patologia social” a dificuldade das populações antes escravizadas de integração na sociedade de classes brasileira, mais especificamente paulista, do início do século XX. Segundo Sidney Chalhoub,

O problema principal suscitado pela análise de Fernandes é esta noção de que negros e mulatos se encontravam num estado de “anomia” ou “patologia social” no período pós-abolição, estado este que se explicaria como uma herança direta do escravismo. A primeira objeção séria que se pode levantar neste contexto é a de que a visão que Fernandes passa do liberto – como desamparado para o trabalho

livre, destituído de vida familiar etc. – é perigosamente próxima àquela veiculada pela classe dominante brasileira no momento crucial da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, como mostram debates parlamentares do período. (CHALHOUB, 2012:83)

Antonio Sérgio Guimarães, no prefácio de *A Integração do negro na sociedade de classes*, faz um balanço do legado de Florestan Fernandes, mais especificamente, do livro em questão. Para o autor, outras teses deste teórico para o debate racial no Brasil já estão superadas: o debate sobre a auto-exclusão do negro e do mulato do mercado de trabalho e a tese de que os imigrantes europeus, proletários, não praticavam racismo para com os trabalhadores negros<sup>3</sup>.

Já na obra de Octavio Ianni, *Raças e Classes no Brasil* é bastante clara a determinação econômica em detrimento da questão racial. Para ele, as tensões raciais existentes na América Latina são frutos do capitalismo em desenvolvimento. Assim como em Fernandes, o mito da democracia racial para Ianni é “a expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia” (IANNI, 1972: 244). O autor argumenta que as análises estritamente culturais e demográficas, como se fossem esferas autônomas, não dão conta do paradigma racial. Para Ianni,

Antes de ser um fenômeno étnico ou racial, demográfico ou cultural, a “questão racial” é uma expressão de tendências de acomodação, reajustamento ou expressão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional. (IANNI, 1972: 228)

Presente também na obra de Florestan Fernandes, Ianni desenvolve o argumento segundo o qual o movimento abolicionista atuou numa redefinição do trabalho, deixando os antes escravizados agora “livres” para vender sua força de trabalho no mercado competitivo. Esse mercado, entretanto, também relegou os trabalhadores negros à periferia do capitalismo.

De uma geração diferente, outro sociólogo brasileiro explorou o debate sobre classe social e raça. Carlos Hasenbalg analisa primeiramente a diferença entre as teorias sobre estratificação social e a teoria de classes marxista. A classe como conceito descritivo e não explicativo é uma das principais diferenças entre as duas posições. Na

---

<sup>3</sup>Essa tese foi refutada também por Sidney Chalhoub, no livro citado acima, “Trabalho, lar e botequim”. Para saber mais, ver: **CHALHOUB, S.** *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2012.

teoria de classes, a ênfase principal é o modo e o sistema de produção, já na teoria da estratificação social o ponto central da discussão são a distribuição e modos de consumo do produto social. Segundo ele, a teoria da estratificação social,

Visto que as relações entre classes econômicas, inerentes a uma estrutura de exploração, são desprezadas desde o início, a desigualdade torna-se um problema de comparação entre unidades discretas ao longo de dimensões diferentes, embora relacionadas – riqueza operacionalizada como renda, ocupações escalonadas de acordo com o prestígio e a educação, raça, padrões residenciais e coisas semelhantes. Ao reduzir a classe a um conglomerado de variáveis individuais, a estrutura de classes pode aparecer como separada, até mesmo divorciada, de fenômenos de ideologia e ação coletiva. (HASENBALG, 1979: 91)

É importante entender a diferença entre ambas as análises para chegarmos na questão de raça e classe. Por não entender classe como conceito meramente descritivo e sim explicativo, que nunca pode ser desligado da categoria “luta de classes” e portanto inseparável do todo social. O *status* individual acontece dentro das cercas da desigualdade de distribuição. A mobilidade social, por isso, não se mostra suficiente para erradicar o racismo. Entretanto, segundo Hasenbalg, a teoria de classes marxista subestimou as questões de raça e racismo. Para ele, a questão racial é explicada quase exclusivamente pela posição econômica que a população negra ocupa como classe trabalhadora. Ou seja, o racismo seria apenas uma consequência da dominação de classes. O argumento de que a população negra ficou à margem da classe trabalhadora industrial é reforçado por Hasenbalg, de modo que esta parcela aglomerou-se cada vez mais em mercados de trabalho informais e instáveis, ocupando uma camada inferior na classe trabalhadora em formação no Brasil. Para o autor,

Preconceito e discriminação raciais são, nesta perspectiva, mecanismos manipuladores utilizados pelas classes dominantes capitalistas a fim de explorar as minorias raciais e dividir o proletariado. O racismo e o preconceito, como epifenômenos de relações econômicas, são inerentes e necessários à manutenção do capitalismo. Há como resultado ganhos líquidos para os capitalistas e perdas para todos os trabalhadores. Essa redução do antagonismo

racial a relações de classe explica a escassa adequação entre teoria e realidade em termos de falsa consciência dos trabalhadores (HASENBALG, 1979: 109)

Contrapondo-se a essa perspectiva, a teoria colonial tende a fugir do reducionismo econômico, focando sua atenção nos ganhos cumulativo dos brancos. O conceito de privilégio racial demonstra que, além da exploração econômica, “o grupo dominante branco extrai uma certa ‘mais-valia’ psicológica, cultural e ideológica do colonizado” (HASENBALG, 1979: 111). A perspectiva colonial, entretanto, é limitada porque negligencia uma explicação estrutural entre dominação de classes e opressão racial. Segundo ele,

Os desenvolvimentos teóricos prosseguem sem se aproximarem de uma explicação integrada de ambos os processos. Este é o caso da teoria das classes que enfatiza as forças de classe descuidando do antagonismo racial, e também da teoria colonial que enfatiza o racismo enquanto negligencia a dinâmica de classe. (HASENBALG, 1979: 111)

Para autoras como Abigail B. Bakan há mais conexões do que diferenças entre os dois polos. No livro intitulado *Theorizin Anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*, Bakan argumenta que Marx é o pensador da diferença: não aquela pós-moderna, mas a diferença entendida como formas de relações sociais conflituosas e contraditórias existentes na sociedade capitalista. No texto, a autora discorre sobre três conceitos centrais na tradição marxista, sendo eles: exploração, alienação e opressão. O primeiro conceito é um dentre as muitas relações sociais conflituosas. No entanto, normalmente “exploração” é visto como o único relevante para o marxismo. Além disso, o conceito não pode ser visto de forma puramente econômica. Bakan reconhece que certa tradição marxista minimizou o peso do racismo e das relações raciais, ficando vulnerável, assim, para as críticas que acusam de reducionismo econômico. Segundo ela,

*This emphasis on production is readily applicable to the relations of some social formations, such as racialized slavery or settler states with colonial or apartheid institutions. But it tends to minimize the significant role of racism in advanced capitalist states, particularly in*

*shaping elite hegemony in periods of formal democracy* (BAKAN, A; DUA, E, 2014: 101)<sup>4</sup>

Ainda para Bakan, o peso da escravidão nos Estados Unidos para a origem do capitalismo não pode ser descolado do racismo. Podemos pensar essa centralidade da escravidão no processo de formação do capitalismo no Brasil. Dessa maneira, entender a ideologia dominante forjada em ideais de embranquecimento e contenção social da população marginalizada é fundamental para situarmos as disputas entre classes sociais no país.

KabengeleMunanga, no texto *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* faz uma genealogia do conceito de raça. Inexistente biologicamente falando, o conceito de raça se justificaria a partir do racismo, de uma realidade, como construção sociológica e para fins reivindicatórios de movimentos negros. (MUNANGA 2000: 23). Segundo Guimarães, o conceito de raça não pode ser considerado biologicamente, porém socialmente. Isto é, não existem características“de raça” que possam diferenciar e, mais do que isso, hierarquizar grupos humanos. Para o autor, “a construção baseada em traços fisionômicos, defenótipo ou de genótipo, é algo que não temo menor respaldo científico” (GUIMARÃES, 2003:96). Apesar disso, raça é um conceito sociológico, fruto de contexto sócio-histórico. Em outras palavras se, por um lado, não podemos diferenciar seres humanos através de argumentos biológicos, por outro, o racismo e a hierarquização racial entre grupos étnicos são reais e produzem opressões ao redor do mundo. Para Antonio Sérgio,

A biologia e a antropologia física criaram a ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, e dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Para ser sincero, isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência. Todos sabemos que o que chamamos de racismo não existiria sem essa ideia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. (GUIMARÃES, 2003: 95-96)

---

<sup>4</sup> Em tradução livre: Essa ênfase na produção é aplicável a relações de algumas formações sociais, as quais a escravidão baseada em raça ou estados coloniais com instituições de segregação. Mas isso tende a minimizar o significado profundo do racismo em estados capitalistas avançados, particularmente ao moldar a hegemonia de uma elite em períodos de democracia formal.

Opondo-se a Marx, Guimarães entende que o pensador alemão teria subtraído de suas análises todas aquelas opressões não puramente econômicas (GUIMARÃES, 2002: 50). Para ele, o argumento político erroneamente derivado dessa análise em abstrato (...) foi o de que as classes sociais capitalistas se constituíam prescindindo de qualquer uma daquelas formas de sociabilidade, consideradas, a partir daí, como formas arcaicas, a serem superadas pelo próprio regime capitalista. (GUIMARÃES, 2002: 10). Entretanto, se por um lado não podemos nos apegar a determinações econômicas como último patamar de análise e muito menos supor que cultura e economia não se influenciam mutuamente; tampouco podemos esquecer que as opressões são relações sociais específicas de um momento histórico.

## **Bibliografia**

**ANDERSON, KEVIN B. (org.)** *Marx At Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

**APPIAH, K.** *Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

**BAKAN, A.B; DUA, E. (orgs.)** *Theorizin Anti-Racism: linkages in Marxism and critical race theorie*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

**BENJAMIN, Walter.** “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

**BENJAMIN, W.** *O Autor como Produtor IN: Magia e Técnica, Arte e Política*, ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994,

**BIANCHI, Álvaro.** *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008.

**CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.** *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2012.

**CALLINICOS, A.** *Capitalismo e Racismo*. São Paulo: Zahar, 2000.

**CHADAREVIAN, P. C.** *Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. Revista Política & Sociedade, Florianópolis, volume 11, no. 20, abril de 2012.

**CHALHOUB, S.** *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2012.

**COUTINHO, Carlos Nelson (org.).** *O Leitor de Gramsci.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

**FERNANDES, F.** *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (Volume 1 e 2).* São Paulo: Ed. Globo, 2008.

**FERNANDES, F.** *A Revolução Burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar (2ª ed.), 1976.

**FONTES, V.** *Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História.* Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010;

**GONZÁLES; HANSENBALG.** *Lugar de negro,* Rio de Janeiro, Editora Marcozero, 1994.

**GRAMSCI, A.** *Cadernos do Cárcere. Vol. 2.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

**GRAMSCI, A.** *Cadernos do Cárcere. Vol. 3.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

**GRAMSCI, A.** *Literatura e Vida Nacional.* São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

**GUIMARÃES, A. S.** *Classes, raças e democracia.* São Paulo: Editora 34, 2002.

**GUIMARÃES, A. S.** *Como trabalhar com "raça" em sociologia.* Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>

**HASENBALG, C. A.** *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

**LIMA, A. SILVA de.** *Comunismo contra o Racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. Tese de Doutorado. USP, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23112015-134031/pt-br.php> último acesso em: 09/12/16

**MARX, K.e ENGELS, F.,** *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo 2007.

**MARX, Karl.** *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. Disponível em:

<[http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas\\_class/](http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/)>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

**MATTOS, M. B.** *A Associação Internacional dos Trabalhadores e o Brasil:*

*pensando Marx, o Movimento Internacional da Classe Trabalhadora, a escravidão e a questão racial*. IN: Revista História & Luta de Classes, ano 11, Edição No. 20, 2015.

**MATTOS, M. B.** *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

**MATTOS, M. B (org).** *História: Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

**MENDONÇA, S. R de.** *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014

**MUNANGA, Kabengele.** *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Cadernos PENESB, Niterói, nº. 5, pp. 15-34, 2000.

**NASCIMENTO, A.; SEMOG.** *Abdias Nascimento: O Griot e as Muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

**POULANTZAS, N.** *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

**PEREIRA, A.** *O Mundo Negro: A Constituição do Movimento Negro no Brasil (1970 – 1995)*. Tese de Doutorado, 2005. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>

**PRANDI, R.** *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

**SCHWARCZ, L.** *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

**THOMPSON, E.P.** *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

**THOMPSON, E. P.** *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**WILLIAMS, R.** *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 1980 (2005).

**WOOD, E. M.; FOSTER, John B.** *Em defesa da história: Marxismo e pós modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.